



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 17/2014

Disponibilização: 25 de agosto de 2014

Período abrangido: 11 a 22 de agosto de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
- 4. AMBIENTE**
- 5. EMPREGO**
- 6. FINANÇAS**
- 7. HABITAÇÃO**
- 8. JUSTIÇA**
- 9. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**
- 10. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **AÇORES**
 - **MADEIRA**
- 11. SAÚDE**
- 12. TRABALHO**
- 13. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto

(Assembleia da República)

Altera (quinta alteração) a Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprova a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 10563/2014, de 14 de agosto

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina que as plataformas eletrónicas a operarem no mercado nacional de contratação pública e certificadas para o acesso e exercício da atividade sejam obrigadas a aceitar os certificados de validação cronológica que sejam emitidos por qualquer entidade de certificação eletrónica, que possua esse mesmo serviço registado, credenciada e publicado na Trusted - Service Status List (TSL) emitida pela Autoridade Credenciadora Nacional (Autoridade Nacional de Segurança).

Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto

(Assembleia da República)

Retifica a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

Despacho n.º 10576/2014, de 14 de agosto

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Define o regime em que é autorizado o aumento do título alcoométrico volúmico natural, vulgarmente designado «enriquecimento, para a campanha vitivinícola de 2014-2015, com base no Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Portaria n.º 159/2014, de 19 de agosto

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 379/2012, de 2 de novembro, que define o regime para a produção e comércio de vinhos e demais produtos vitivinícolas da indicação geográfica (IG) «Minho».

Portaria n.º 170/2014, de 22 de agosto

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera o anexo e o quadro anexo à Portaria n.º 27/2001, de 15 de janeiro, que fixa os tamanhos mínimos dos peixes, crustáceos e moluscos, aplicáveis ao exercício da pesca em águas oceânicas, interiores marítimas e interiores não marítimas.



4. AMBIENTE

Portaria n.º 158/2014, de 19 de agosto

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira do Hospital.

5. EMPREGO

Despacho n.º 10442/2014, de 12 de agosto

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera o Regulamento Específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção 5.2 “Estágios Profissionais” do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), aprovado pelo Despacho n.º 18359/2008, de 9 de julho.

Declaração de retificação n.º 845/2014, de 20 de agosto

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Retifica o Despacho n.º 3213/2014, de 26 de fevereiro, que altera o Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção n.º 1.1, «Sistema de Aprendizagem», do Eixo n.º 1, «Qualificação Inicial de Jovens», do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

6. FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 124/2014, de 18 de agosto

(Ministério das Finanças)

Permite que a privatização da participação remanescente da PARPÚBLICA-Participações Públicas, SGPS, S.A., no capital social da CTT - Correios de Portugal, S.A., possa também concretizar-se através de uma ou mais operações de venda direta institucional com vista à dispersão das ações por investidores qualificados, nacionais ou internacionais.

7. HABITAÇÃO

Portaria n.º 156/2014, de 12 de agosto

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Fixa, para vigorar em 2014, o preço da habitação por metro quadrado de área útil, bem como as condições de alienação e a fórmula de cálculo do preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados.

8. JUSTIÇA

Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto

(Ministérios das Finanças e da Justiça)

Aprova os mapas de pessoal das secretarias dos tribunais judiciais de primeira instância e a respetiva conformação inicial, e procede à fixação das regras de transição e de afetação dos oficiais de justiça e demais trabalhadores.



Portaria n.º 162/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Justiça)

Homologa a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público que procede à criação de departamentos de investigação e ação penal nas comarcas de Porto Este, de Santarém e de Viana do Castelo.

Portaria n.º 163/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Justiça)

Homologa o regulamento, aprovado pelo Centro de Estudos Judiciários, do primeiro curso de formação específico para o exercício de funções de presidente do tribunal, de magistrado do Ministério Público coordenador e de administrador judiciário.

Portaria n.º 164/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Justiça)

Estabelece os critérios objetivos para a distribuição do pessoal oficial de justiça e demais trabalhadores, também aplicáveis aos casos de recolocação transitória de oficiais de justiça.

Despacho n.º 10780/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Justiça)

Determina que sejam transitoriamente deslocalizadas as sedes das secções de alguns tribunais de comarca.

Acórdão n.º 572/2014, de 21 de agosto

(Tribunal Constitucional)

Decide não declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral: a) das normas da alínea a) do n.º 1 e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 83 -C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 13/2014, de 14 de março; b) da norma do n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 83 -C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 13/2014, de 14 de março.

Portaria n.º 168/2014, de 22 de agosto

(Ministérios da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Cria a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vendas Novas.

Portaria n.º 169/2014, de 22 de agosto

(Ministérios da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Cria a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estremoz.

9. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho (extrato) n.º 10288/2014, de 11 de agosto

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Torna pública a criação do consulado honorário de Portugal em Bagdade, dependente da Embaixada de Portugal em Abu Dhabi.



10. REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2014/A, de 19 de agosto

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Cria o Parque Arqueológico Subaquático da Caroline na ilha do Pico.

Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece o Sistema de Fiscalização e Controlo do Abastecimento de Gasóleo à Agricultura e à Pesca da Região Autónoma dos Açores.

MADEIRA

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2014/M, de 14 de agosto

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à administração regional autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, que estabelece o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e abandono escolares.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2014/M, de 20 de agosto

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas.

11. SAÚDE

Despacho n.º 10319/2014, de 11 de agosto

(Ministério da Saúde)

Determina a estrutura do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM) ao nível da responsabilidade hospitalar e sua interface com o pré-hospitalar, os níveis de responsabilidade dos Serviços de Urgência (SU), bem como estabelece padrões mínimos relativos à sua estrutura, recursos humanos, formação, critérios e indicadores de qualidade e define o processo de monitorização e avaliação.

Despacho n.º 10429/2014, de 12 de agosto

(Ministério da Saúde)

Determina que os estabelecimentos hospitalares, independentemente da sua designação, e as unidades locais de saúde, integrados no Serviço Nacional de Saúde, e classificados nos Grupos I, II, III ou IV-a com valências médicas e cirúrgicas de oncologia médica, devem assegurar a existência de uma equipa intra-hospitalar de suporte em cuidados paliativos.



Portaria n.º 157/2014, de 19 de agosto

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Saúde)

Altera o Regulamento Arquivístico para os Hospitais e demais serviços do Ministério da Saúde, no que se refere à avaliação, seleção, transferência, incorporação em arquivo definitivo, substituição de suporte e eliminação da documentação, aprovado em anexo à Portaria n.º 247/2000, de 8 de maio.

Portaria n.º 165/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Saúde)

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de anatomia patológica e elementos instrutórios necessários ao pedido de licença.

Portaria n.º 166/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Saúde)

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de patologia clínica/análises clínicas e dos respetivos postos de colheitas, e elementos instrutórios necessários ao pedido de licença e de autorização de abertura de postos de colheitas.

Portaria n.º 167/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Saúde)

Estabelece os requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades privadas que prossigam atividades laboratoriais de genética médica e dos respetivos postos de colheitas, e elementos instrutórios necessários ao pedido de licença e de autorização de abertura de postos de colheitas.

Portaria n.º 167-A/2014, de 21 de agosto

(Ministério da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 268/2010, de 12 de maio, que estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das clínicas e dos consultórios dentários.

Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto

(Ministério da Saúde)

Estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde.

Declaração de retificação n.º 848/2014, de 22 de agosto

(Ministério da Saúde)

Retifica o Despacho n.º 10429/2014, de 12 de agosto, que determina que os estabelecimentos hospitalares, independentemente da sua designação, e as unidades locais de saúde, integrados no Serviço Nacional de Saúde, e classificados nos Grupos I, II, III ou IV-a com valências médicas e cirúrgicas de oncologia médica, devem assegurar a existência de uma equipa intra-hospitalar de suporte em cuidados paliativos.



12. TRABALHO

Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto

(Assembleia da República)

Retifica a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

13. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Lei n.º 49/2014, de 11 de agosto

(Assembleia da República)

Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores.

Decreto-Lei n.º 122/2014, de 11 de agosto

(Ministério da Economia)

Estabelece o regime jurídico aplicável à realização das auditorias de segurança rodoviária, no que respeita às regras de exercício da atividade, ao respetivo quadro fiscalizador e sancionatório e às atribuições da entidade certificadora.

Decreto-Lei n.º 123/2014, de 11 de agosto

(Ministério da Economia)

Estabelece as regras aplicáveis à realização das inspeções de segurança rodoviária, no que respeita ao exercício da atividade, à composição das equipas de inspeção, às competências dos inspetores e ao quadro fiscalizador e sancionatório.

Despacho n.º 10414/2014, de 12 de agosto

(Ministério da Economia)

Concede um subsídio aos armadores nacionais, inscritos no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., nos termos do Decreto-Lei n.º 196/98, de 10 de julho, destinado a atenuar os encargos com tripulações portuguesas ou comunitárias ao serviço de navios de comércio, de bandeira portuguesa de registo convencional e dos quais sejam proprietários, com exceção dos navios de passageiros e dos navios de tráfego local.

Despacho n.º 10621/2014, de 18 de agosto

(Ministério da Economia)

Altera o Despacho DG 32/94, de 23 de agosto, que fixa as características a que devem obedecer os veículos ligeiros de passageiros afetos a serviços turísticos.